



RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
04031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

JANEIRO A ABRIL DE 2023

O Relatório Institucional de Monitoramento é elaborado a partir de informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), as quais são lançadas pelos órgãos/entidades durante o processo de monitoramento, tendo como objetivo apresentar uma síntese da execução e do desempenho POR AÇÃO das unidades orçamentárias.

Inicialmente, o relatório exhibe, de forma sintética e por programa, o desempenho físico e orçamentário das ações de responsabilidade do órgão/entidade, tomando como referência a programação inicial das metas físicas e orçamentárias.

O planejamento das metas físicas e orçamentárias das ações é realizado durante a fase de elaboração do PPAG e de suas revisões, bem como durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Já a programação inicial das metas é realizada, após a sanção do PPAG e da LOA, pelos gestores responsáveis pelas ações e registrada no módulo de monitoramento do SIGPlan, viabilizando aferir com antecedência o desempenho das ações no que se refere ao alcance das metas estabelecidas no plano.

Desempenho Consolidado da Ação oferece uma rápida visualização do desempenho físico e orçamentário da ação, revelando, para cada uma dessas dimensões, se o status da ação é "sem meta estabelecida", "sem execução", "crítico", "satisfatório" ou "subestimado", conforme os seguintes parâmetros:

- Status satisfatório: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada;
- Status crítico: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada;
- Status subestimado: dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada;
- Status sem execução: classificam-se nessa categoria as ações que possuem meta programada até o período analisado, mas que não a executaram até o momento. Seriam, portanto, aquelas ações que possuem desempenho igual a 0%;

Com a entrada em vigor do PPAG 2020-2023, a alocação das despesas de pessoal e auxílio dos órgãos e entidades governamentais tornou-se descentralizada. Desse modo, registram-se nas ações, além das despesas de custeio e de investimento necessárias à consecução das políticas públicas, as despesas de remuneração da força de trabalho que contribui com a realização dessas políticas. O objetivo é evidenciar custo total de implementação e manutenção da política pública.

Apesar de ser considerada um ganho de transparência, a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio **não foram consideradas para fins de apuração do desempenho físico e orçamentário das ações governamentais**. Nesse sentido, o desempenho físico e orçamentário consolidado das ações, segundo intervalos de desempenho físico e orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas e a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio.

Entende-se por despesa de pessoal e auxílios a programação e execução das despesas: no Grupo de Despesa 1 (Pessoal e Encargos Sociais), com exceção do IPU 9 (Recursos Recebidos para Precatórios e Sentenças Judiciais); em todos os itens do elemento 34 (Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização); e no IPU 7 (Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento).

Importante mencionar que a metodologia foi adotada por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, com exceção das empresas pertencentes ao Orçamento de investimento, o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais e as seguintes ações: 7024 - Pensões aos Assistidos e Pensionistas do Plano De Previdência Complementar Minascaixa RP-2, 7441 - Pensões Especiais e Indenizações de Responsabilidade do Poder Executivo Estadual e 7007 - Proventos de Inativos Militares. Além disso, os órgãos e entidades dos Outros Poderes também não adotaram a metodologia.

Por sua vez, o **Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação** evidencia para cada ação, a **"Situação Orçamentária"**, o **"Desempenho Consolidado"** (segundo relatado acima), a **"Análise da Execução"** e as **"Informações de Situação"**, conforme explicitado a seguir.

A seção **"Situação Orçamentária"** demonstra a execução orçamentária detalhada por grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e identificador de procedência e uso, os quais representam os principais limites orçamentários da ação. Cabe salientar que os dados evidenciados nessa seção são obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Já a seção **"Análise da Execução"** apresenta um quadro resumo da execução da ação, permitindo aferir o desempenho físico e orçamentário em confronto com as metas estabelecidas no PPAG (crédito inicial), as metas programadas até o período, bem como as metas reprogramadas (crédito autorizado).

Por fim, a seção **"Informações de Situação"** demonstra as informações qualitativas registradas pelo órgão/entidade acerca do desempenho, do gerenciamento e da execução da ação, desdobrando-se nos campos "Justificativa de desempenho" e "Outras informações de situação".

O campo **"Justificativa de desempenho"** apresenta as informações quanto ao desempenho da ação até o período monitorado, devendo: informar obrigatoriamente as causas que determinaram o status crítico ou subestimado das dimensões de desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário da ação.

Já o campo "Outras informações de situação" detalha os principais resultados e entregas da ação; motiva as alterações orçamentárias ocorridas; justifica o lançamento de dados estimativos e motiva a não regionalização da execução física ou orçamentária.

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol				

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA
UO: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (04031)

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Abril % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Abril % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Abril (A/B)	Farol
Programa: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (0706)						
GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC (2025)	67,67		53,04		1,28	
AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES (2055)	-		-		-	
OBRAS E GESTÃO PREDIAL (2091)	133,33		48,00		2,78	
FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS (2109)	104,84		103,89		1,01	
PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO (4395)	125,11		89,54		1,40	

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DESEMPENHO POR AÇÃO

Programa: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (0706)

Ação: GESTÃO DE SERVIÇOS DE TIC (2025)

Produto: ATIVO DE TIC IMPLANTADO Unid. de Medida: ATIVO OU SERVIÇO DE TIC

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.77.1	97.261.590,00	97.261.590,00	31.883.557,01	21.661.845,44	65.378.032,99	32,78	22,27
4.47.1	3.709.114,00	3.709.114,00	0,00	0,00	3.709.114,00	0,00	0,00
4.60.1	30.000.000,00	30.000.000,00	1.500.000,00	0,00	28.500.000,00	5,00	0,00
4.77.1	38.855.019,00	38.855.019,00	10.160.442,30	4.938.074,35	28.694.576,70	26,15	12,71
TOTAL	169.825.723,00	169.825.723,00	43.543.999,31	26.599.919,79	126.281.723,69	25,64	15,66

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Abr % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Abr % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Abr (A/B)	FAROL
67,67		53,04		1,28	

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Abr (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (E)	Realizado Jan/Abr (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	2.575	2.436	430	430	291	291	11,30	11,95	67,67	67,67
Orçamentário	169.825.723,00	169.825.723,00	35.595.174,36	35.595.174,36	18.881.323,13	18.881.323,13	11,12	11,12	53,04	53,04

Justificativa de desempenho Jan-Abr

Quanto ao não atingimento das metas físicas e orçamentárias, temos a justificar que alguns projetos que são pertinentes aos itens utilizados no planejamento e na medição das metas tiveram um ajuste no cronograma, não tendo sido realizados na íntegra nos meses previstos. Com tal ajuste, programou-se tal realização para os próximos meses.

Outras informações de situação: 2º bimestre

Quanto ao não atingimento das metas físicas e orçamentárias, temos a justificar que alguns projetos que são pertinentes aos itens utilizados no planejamento e na medição das metas tiveram um ajuste no cronograma, não tendo sido realizados na íntegra nos meses previstos. Com tal ajuste, programou-se tal realização para os próximos meses.

Ação: AUXÍLIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES (2055)

Produto: PESSOA BENEFICIADA Unid. de Medida: PESSOA

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.60.1	36.978.362,00	36.978.362,00	0,00	0,00	36.978.362,00	0,00	0,00
3.60.7	61.118.726,00	61.118.726,00	0,00	0,00	61.118.726,00	0,00	0,00
TOTAL	98.097.088,00	98.097.088,00	0,00	0,00	98.097.088,00	0,00	0,00

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Abr % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Abr % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Abr (A/B)	FAROL
-		-		-	

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Abr (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (E)	Realizado Jan/Abr (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	21.760	0	0	0	0	0	0,00	-	-	-
Orçamentário	98.097.088,00	98.097.088,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

Ação: OBRAS E GESTÃO PREDIAL (2091)

Produto: **UNIDADE CONSTRUÍDA/ REFORMADA/ AMPLIADA** Unid. de Medida: **INTERVENÇÃO****SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.60.1	10.000.000,00	10.000.000,00	250.716,89	2.779,80	9.749.283,11	2,51	0,03
3.77.1	90.767.427,00	90.767.427,00	40.583.473,45	21.807.827,26	50.183.953,55	44,71	24,03
4.77.1	301.215.714,00	301.215.714,00	102.223.948,36	62.273.401,31	198.991.765,64	33,94	20,67
5.60.1	90.000.000,00	90.000.000,00	0,00	0,00	90.000.000,00	0,00	0,00
TOTAL	491.983.141,00	491.983.141,00	143.058.138,70	84.084.008,37	348.925.002,30	29,08	17,09

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Abr % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Abr % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Abr (A/B)	FAROL
133,33		48,00		2,78	

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Abr (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (E)	Realizado Jan/Abr (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	18	18	3	3	4	4	22,22	22,22	133,33	133,33
Orçamentário	491.983.141,00	491.983.141,00	136.441.417,63	136.441.417,63	65.486.443,07	65.486.443,07	13,31	13,31	48,00	48,00

Justificativa de desempenho Jan-Abr

Com o atraso no pedido da obra de construção do Fórum de Ibirité e na reforma e ampliação do fórum Lafayette em Belo Horizonte, obras estas de alto impacto para o orçamento do TJMG, justifica-se o desempenho abaixo do esperado para o 2º bimestre do ano

Outras informações de situação: 2º bimestre

O atraso de documentação a ser emitida para as obras já concluídas será compensado no decorrer do ano, como percebido no mês de março.

Ação: FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS (2109)Produto: **APROVAÇÃO EM AÇÃO EDUCACIONAL** Unid. de Medida: **UNIDADE****SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.77.1	4.420.877,00	4.420.877,00	2.032.284,61	1.220.063,60	2.388.592,39	45,97	27,60
TOTAL	4.420.877,00	4.420.877,00	2.032.284,61	1.220.063,60	2.388.592,39	45,97	27,60

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Abr % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Abr % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Abr (A/B)	FAROL
104,84		103,89		1,01	

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Abr (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (E)	Realizado Jan/Abr (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	65.000	65.000	15.280	15.280	16.019	16.019	24,64	24,64	104,84	104,84
Orçamentário	4.420.877,00	4.420.877,00	809.163,63	809.163,63	840.636,33	840.636,33	19,02	19,02	103,89	103,89

Ação: PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO (4395)Produto: **PROCESSO BAIXADO** Unid. de Medida: **PROCESSO****SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.24.1	36.303,00	36.303,00	13.920,00	13.832,77	22.383,00	38,34	38,10
3.60.1	557.848.133,00	557.848.133,00	31.266.640,21	22.335.923,23	526.581.492,79	5,60	4,00

3.60.2	121.781.460,00	121.781.460,00	40.000,00	31.116,29	121.741.460,00	0,03	0,03
3.61.1	35.408.824,00	35.408.824,00	17.307.547,00	13.694.326,32	18.101.277,00	48,88	38,67
3.70.1	605.160,00	605.160,00	146.000,00	130.668,72	459.160,00	24,13	21,59
3.77.1	905.868.292,00	905.868.292,00	388.367.082,12	299.942.560,44	517.501.209,88	42,87	33,11
4.47.1	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	2.800.000,00	0,00	0,00
4.60.1	27.525.059,00	27.525.059,00	275.000,00	0,00	27.250.059,00	1,00	0,00
4.77.1	17.126.131,00	17.126.131,00	2.373.196,42	285.537,28	14.752.934,58	13,86	1,67
TOTAL	1.668.999.362,00	1.668.999.362,00	439.789.385,75	336.433.965,05	1.229.209.976,25	26,35	20,16

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Abr % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Abr % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Abr (A/B)	FAROL
125,11		89,54		1,40	

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Abr (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Abr (E)	Realizado Jan/Abr (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	2.641.763	2.834.828	768.746	768.746	961.811	961.811	36,41	33,93	125,11	125,11
Orçamentário	1.668.999.362,00	1.668.999.362,00	304.845.083,60	304.845.083,60	272.956.691,87	272.956.691,87	16,35	16,35	89,54	89,54

Justificativa de desempenho Jan-Abr

Quando da realização da programação física, não estavam disponíveis dados referentes ao 2º Grau de jurisdição, o que contribuiu para que a estimativa se revelasse como inferior ao efetivamente realizado, resultando na necessidade de reprogramação. Ademais, insta mencionar a discrepância nos números apurados nos meses de março e abril, sendo, possivelmente, um dos fatores primordiais para tal fato a diferença no número de dias úteis, 23 (vinte e três) em março e 16 (dezesesseis) em abril.

Outras informações de situação: 2º bimestre

Quando da realização da programação física, não estavam disponíveis dados referentes ao 2º Grau de jurisdição, o que contribuiu para que a estimativa se revelasse como inferior ao efetivamente realizado, resultando na necessidade de reprogramação. Ademais, insta mencionar a discrepância nos números apurados nos meses de março e abril, sendo, possivelmente, um dos fatores primordiais para tal fato a diferença no número de dias úteis, 23 (vinte e três) em março e 16 (dezesesseis) em abril.